

Mensagem ao Congresso da CGTP

Caros camaradas, delegados ao congresso da nossa Central sindical – CGTP,

Saudamos esta reunião magna, com o profundo desejo que dela saiam decisões que levem à mobilização unida do conjunto dos trabalhadores portugueses, com as suas organizações, para – fortalecendo assim a nova correlação de forças materializada na maioria de deputados da AR eleitos com o voto do povo – pôr um fim efectivo às políticas de austeridade e de destruição do nosso país.

Temos consciência que foi a mobilização e resistência do conjunto da população, da qual os trabalhadores organizados nos seus sindicatos foram a coluna vertebral, traduzida nesse voto que permitiu arredar do poder a coligação PSD/CDS e levar à formação de um governo, assente nessa nova maioria PS/BE/CDU, que esperamos venha a responder positivamente às aspirações dos trabalhadores e das populações e às necessidades do país.

Essa mobilização, que jamais deixou de exigir a reposição dos salários e pensões, o fim dos despedimentos e a eliminação do desemprego através criação de postos de trabalho com direitos, a defesa incondicional da Segurança Social, do Serviço Nacional de Saúde e da Escola Públicas e sobretudo a anulação das privatizações e a revogação das alterações ao Código do Trabalho, particularmente a legislação referente à caducidade dos contratos coletivos de trabalho, precisa hoje de ser reforçada e estendida.

As forças derrotadas nas urnas não desistem. Hoje pressionam através da União Europeia e do FMI, com o apoio interno do PSD e CDS, para perpetuar as políticas de austeridade e empobrecimento.

É com muita apreensão e preocupação que vemos o Governo PS – querendo respeitar “todos os compromissos internacionais do Estado português” – ceder às pressões de Bruxelas e aceitar os limites que querem impor ao país para baixar o défice, que resulta do pagamento dos juros da dívida – que o povo não contraiu e pela qual não é responsável – pondo em causa a soberania popular e impedindo que possam ser tomadas as medidas necessárias ao progresso do país.

Como todos os trabalhadores valorizamos as medidas positivas que já foram tomadas, sejam elas a reposição dos salários, dos horários de trabalho, dos feriados e das pensões, o aumento do salário mínimo ou as alterações ao nível do ensino (mesmo se algumas são diferidas no tempo), mas verificamos que elas são postas em causa perante as exigências da “troika”.

Como todos os trabalhadores consideramos que muitas mais medidas são necessárias tomar (e particularmente o reforço dos serviços públicos que não é possível ser feito tendo trabalhadores com contratos precários ou a prazo, carreiras congeladas ou com a redução de mais 10% dos postos de trabalho na Função Pública) mas às quais, ao contrário do que diz o Governo, será impossível responder quando as exigências de respeito pelo tratado orçamental exigem a continuação da política da “troika”.

Caros camaradas,

Sabemos que nada está alguma vez garantido. Mas sabemos também – pela nossa própria experiência – que temos capacidade para realizar a unidade com os nossos sindicatos e as populações para que, com a nossa força assim organizada, a maioria PS/BE/CDU na Assembleia da República exerça a sua soberania fazendo aprovar um OE que respeite as necessidades e a vontade dos trabalhadores e do país e não as do capital financeiro e obrigue à retirada das exigências da União Europeia e do FMI, e crie as condições para realizar as medidas políticas, económicas e sociais que permitam ao conjunto de povo português viver em condições de dignidade.

É com esta confiança que nos dirigimos ao Congresso da CGTP esperando que os seus delegados aprovelem uma Resolução que possa conduzir à realização dessa mobilização unida. Uma mobilização que fará parte do processo de mobilização e resistência desenvolvido em Espanha, em França, em Itália ou na Grécia ou nos outros países da União Europeia, confrontados à mesma ofensiva, pondo na ordem do dia a exigência de políticas de cooperação solidária entre os povos, incompatíveis com os ditames das instituições de Bruxelas.